

O DESEJO MISSIONÁRIO DOS PAPAS A PARTIR DO CONCÍLIO VATICANO II

Everton Bruno Martin Bento*

Resumo: O presente artigo apresenta um 'olhar histórico', dos documentos papais que discorrem sobre a natureza missionária da Igreja Católica Apostólica Romana, e um período definido no tempo e na figura dos sumos pontífices e a resposta destes diante do tema. Por este motivo, o presente artigo dispõe-se apresentar alguns destaques dos textos papais que achamos que dão luz a atividade missionária da Igreja e as indicações e diretrizes do magistério na promoção de uma nova evangelização. Com isto, o esforço vai na direção de ser um contributo a mais na compreensão de como a questão foi abordada na história da Igreja.

Palavras-chaves: Igreja. Missão. Evangelização. Concílio Vaticano II.

THE MISSIONARY DESIRE OF THE POPES FROM SECOND VATICAN COUNCIL ONWARDS

Abstract: This paper it presents a historical look at the papal documents which deal with the missionary nature of the Roman Catholic Church, and a period defined in time and in the figure of the Supreme Pontiffs and their response to the topic. For this reason, this paper intends to present some highlights of papal texts which we consider to shed light on the missionary activity of the Church and on the indications and directives of the magisterium in promoting a new evangelization. In doing so, we strive to make a further contribution to the understanding of how the question has been approached in the history of the Church.

Keywords: Church. Mission. Evangelization. Vatican Council II.

*Acadêmico do VI semestre do Curso de Bacharelado em Teologia na Faculdade Palotina/FAPAS – Santa Maria/RS. E-mail: evertonbrunomb@hotmail.com

Introdução

É inegável a ousadia pneumatológica e abertura de horizontes que inspirou o Papa João XXIII, quando este propõe a realização de um novo concílio para toda a Igreja. Em suas palavras o evento conciliar deveria acontecer para: “pôr em contato o mundo moderno com as energias vivificadoras e perenes do Evangelho” (JOÃO XXIII, 2014, p. 9-10).

Este primeiro desejo do Papa tomará forma através do laborioso serviço que os padres conciliares terão ao longo das várias sessões entre os anos de 1962 – 1965. Como resultado deste trabalho, a reunião conciliar deu à Igreja uma série de documentos como: declarações, decretos e constituições que visam uma atualização – *aggiornamento* – na maneira da Igreja apresentar-se ao mundo moderno.

Dentre diversas realidades discutidas pelos padres conciliares, a atividade missionária da Igreja também ganhou um documento: o Decreto *Ad Gentes* (Aos Povos). Porém, este não é o primeiro documento da Igreja sobre o assunto específico da natureza missionária da Igreja. Antes, outros pontífices em suas declarações, discursos, cartas apostólicas, também haviam tratado do mesmo assunto.

Faremos então uma análise dos documentos do magistério dos Papas que versam mais diretamente sobre a atividade missionária da Igreja. Iniciando pela Carta Apostólica de Bento XV *Maximum Illud*, de novembro de 1919, num segundo momento já num outro contexto eclesial, o decreto *Ad Gentes* do Concílio Ecumênico Vaticano II, aprovado em sete de dezembro de 1965, até o mais recente dos documentos, a Exortação Apostólica do Papa Francisco: *Evangelii Gaudium* de vinte e quatro de novembro de 2013.

No percurso decorrido nos três documentos, procuramos traçar um caminho progressivo da consciência dos ministros da Igreja ao longo das décadas sobre a missionariedade constitutiva da mesma.

Após a verificação das diferentes compreensões do 'ser missionário' da Igreja, podemos concluir que no esforço de continuar o Reino de Deus e anunciá-lo aos homens, a Igreja sempre enviou missionários e missionárias a todos os lugares do mundo, para que o Evangelho de Jesus fosse conhecido.

Na força desse anúncio, a Igreja contemporânea ensinada por aquilo que fez a Igreja primitiva, anuncia a Boa-Nova do Reino às pessoas, tornando assim efetivo o mandato de Jesus: "Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo" (Mt 28,19).

1 Carta Apostólica *Maximum Illud*: sobre a atividade desenvolvida pelos missionários no mundo

A Carta Apostólica do Papa Bento XV sobre a atividade desenvolvida pelos missionários no mundo expõe em sua época, a necessidade que o magistério eclesial teve em dirigir-se àqueles que partem em missão a países estrangeiros.

A Carta, dividida em três partes, expõe a tarefa da Igreja e sua atividade permanente de evangelizar. Em seguida versa sobre algumas normas e princípios que bispos e padres devem ter na colaboração e cuidado dos missionários e, por último, oferece algumas diretrizes aos que se encontram em missão.

Primeiramente, Bento XV expõe que a evangelização das nações que não conhecem a Jesus e sua Boa Nova deve ser permanente. Este anúncio é fruto da confiança que o próprio Cristo deixou aos apóstolos e aos seus sucessores, –

conceito de hierarquia eclesiástica – e que hoje a Igreja continua: “A Igreja de Deus, consciente do mandato divino, não cessou jamais, através do decurso dos séculos de enviar a todos os lugares pregadores e ministros da divina Palavra” (MI, n. 2).

Nós, portanto, comiserando a infelicidade de uma tão relevante multidão de almas, e desejosos, por sagrado dever apostólico, de torná-las partícipes da divina Redenção, vemos com viva alegria e conforto que, sob o influxo do Espírito de Deus, cada dia vai aumentando em várias partes da cristandade o zelo dos bons em promover e desenvolver as sagradas missões entre os fiéis (MI, n. 11).

O Papa deseja uma Igreja que vá até os outros povos, que anuncie a todos o Evangelho. Tem consciência dos tempos difíceis do anúncio, mas, nos primeiros séculos do cristianismo, a Igreja também era perseguida, seus membros eram feitos prisioneiros, torturados e martirizados. E mesmo ali, havia aqueles que continuavam a testemunhar e anunciar.

É recordando a fé destes primeiros cristãos, que o Papa convoca o clero da época a um novo impulso missionário.

No capítulo seguinte, conforme a compreensão eclesial da época o Papa aponta que os bispos e vigários apostólicos são os responsáveis primeiros pela propagação da fé nas áreas missionárias (países onde a Igreja Católica não é muito difundida).

Estes são sucessores diretos dos apóstolos e têm pelo exemplo a tarefa principal de propagar e enviar outros para anunciar o Reino de Deus. O Papa inspira que estes bispos cuidem com muito zelo dos presbíteros enviados as missões. Compreende a dificuldade da inculturação, das infelicidades e abandono.

Por isso, deve-se dar atenção paternal do bispo para com o clero. Assim como um pai que cuida de um filho. O papel das religiosas femininas da época

nas terras de missão, não era esquecido. Porém, sua atividade era desempenhada como 'coadjutoras' do serviço da evangelização, ocupando-se como podemos ver de: "E não chame somente coadjutores, mas também coadjutoras¹, para as escolas, para os orfanatos, para os abrigos, para os hospitais" (MI, n. 27).

Faz outras considerações sobre a atividade da missão da Igreja nestes locais. Insiste em uma colaboração em vista das missões entre dioceses e países. Propõe uma pastoral de conjunto que "tenham periodicamente reuniões para aconselhar-se e encorajar-se mutuamente" (MI, n. 29). E ainda, que os missionários estrangeiros devam fomentar no meio da Igreja que estão inseridos, vocações para que surja um clero autóctone consciente da própria realidade e de seus desafios.

Pois, um clero autóctone será a continuação da missão então iniciada por estrangeiros, como veremos no documento: "Em resumo, não se deve formar um clero nativo quase inferior, para ser somente utilizado em tarefas secundárias, mas para que, enquanto se encontre a altura do seu sagrado ministério, possa assumir o governo de uma cristandade" (MI, n. 34).

Continuando, o pontífice dirige-se antes de tudo aos missionários "cultivadores da vinha do Senhor" (MI, n. 40), para aqueles que colocam-se a serviço da missão de Deus e da Igreja. Dirá o Papa: "recordai-vos que vós não deveis propagar o reino dos homens, mas aquele de Cristo, e não acrescentais cidadãos à pátria terrena, mas àquela celeste" (MI, n. 43).

Assim, os interesses de um único indivíduo devem sobrepor-se às realidades vividas, uma vez que o enviado leva a Boa-Nova de Cristo aos povos, luz para as nações e orienta a viver pobremente, dando testemunho de vida às

¹ Tal papel assistente dado às mulheres deve ser visto pela ótica do seu tempo e mentalidade eclesial. Hoje, a força feminina na missão além fronteiras é esmagadoramente maior que a exercida pelo clero.

pessoas a quem ele anuncia, como podemos ver na citação a seguir, que nos interpela:

A pobreza evangélica outra coisa não é que a que se ensina no Evangelho. É aquela pobreza que o Senhor aconselhou, como ato de voluntário desprendimento a fim de se conseguir a perfeição espiritual, a fim de conseguir bens superiores: “Se queres ser perfeito” (Mt 19,21). E o objeto desse desprendimento são as riquezas e os bens temporais. É a renúncia voluntária às riquezas e bens materiais: “Vende o que possuis e dá-o aos pobres” (Mt 19,21). É renúncia total e definitiva (NICOLAU, 1964, p. 192).

O texto continua nos mostrando a imagem que o presbítero em campo de missão deve ser: pregador da Palavra, um catequista, e formar-se conforme a realidade à qual será enviado. Preocupar-se-á em inculturar-se na sociedade, costumes e cultura a qual é enviado, mantendo uma vida espiritual – confissão e direção espiritual – e uma santidade de vida. “Ser uma pessoa humilde, obediente e casto, piedoso, dedicado à oração, e em contínua união com Deus” (MI, n. 67).

Bento XV continua estimulando os missionários a manterem uma caridade e mansidão diante das dificuldades, confiança sempre em Deus e oração incessante. Convoca toda a cristandade a colaborar com esmolas e doações para as missões e institui “em todas as dioceses do orbe católico a associação chamada União Missionária do Clero” (MI, n.105), para que surja dentro de toda a Igreja um novo ardor missionário, e assim modela o Papa a figura do missionário:

Não é assim o missionário católico, digno deste nome. Não esquecendo jamais que não é um enviado da sua pátria, mas de Cristo, ele se comporta de modo que cada um pode indubitavelmente reconhecer nele um ministro daquela religião que, abraçando todos os homens que adoram Deus em espírito e verdade, não é estrangeira a nenhuma nação, e “não se faz mais distinção entre greco e judeu, circunciso e

incircunciso, bárbaro, cita, escravo, livre, porque agora o que conta é Cristo, que é tudo e está em todos” (CI 3,11) (MI, n. 48).

Concluindo, a Carta Apostólica *Maximum Illud*, é um esforço do magistério petrino de sua época, em aproximar-se dos missionários (clero) que saem para as missões além fronteiras e enfrentam diversas dificuldades. Claro que a linguagem dirigida e encontrada no documento deve ser feita à luz de sua época.

Nos dois documentos a seguir, veremos que a compreensão da natureza missionária da Igreja evolui para uma consciência cada vez mais abrangente de uma evangelização, que alcance todos os batizados e batizadas com uma única missão: o anúncio da Boa Nova do Senhor.

2 Decreto *Ad Gentes*: sobre a atividade missionária da Igreja.

Solenemente aberto pelo Papa João XXIII em onze de outubro de 1962, o Concílio Ecumênico Vaticano II é sem dúvidas o maior acontecimento da Igreja dos últimos séculos. Com o objetivo de responder corajosamente à sociedade moderna sobre questões do interno da Igreja e do relacionamento dela com a sociedade, o Papa desejava que os padres conciliares tivessem a oportunidade de interrogar estudiosos, ouvir peritos, teólogos cristãos e não cristãos, e propor caminhos para a Igreja universal.

O documento *Lumen Gentium* – sobre a Igreja, por exemplo, já preconiza a característica da Igreja com ‘Povo de Deus’, delimitando uma vez por todas que a hierarquia eclesial está inserida nesta concepção e não acima dela. Todos os batizados servem à Igreja, cada qual na sua função, carisma e ministérios.

A Igreja milenar nas tradições humanas, era chamada a ultrapassar o *status quo* de cristandade medieval, e retomar como desejava a maioria dos

membros do Concílio às fontes do cristianismo, sendo fiel ao seu fundador, assim como nos explica Darlei Zanon:

O Vaticano II, fiel a esse marco inicial, procurou atualizar a ordem de Jesus (Mc 16,15), resgatando a disposição e o vigor dos primeiros cristãos para fundamentar e incentivar a ação missionária comprometida, humanizante, libertadora, global, descentralizada, inculturada e protagonizada, também por leigos que testemunhamos atualmente (2012, p. 75).

A Igreja do Concílio deu ênfase na 'natureza missionária' da Igreja Povo de Deus, centrada na ação da Trindade. O decreto conciliar *Ad Gentes*² enseja uma renovação na forma com que os missionários anunciam o Evangelho aos povos.

O decreto *Ad gentes* expunha em seis capítulos critérios para uma radical renovação do espírito e da ação missionária da Igreja inteira. Os fermentos germinados, seja na experiência missionária da América Latina, África e Ásia – onde se abandonava rapidamente a postura colonialista –, quanto nos países de antiga evangelização, abalados pela descristianização, encontravam no decreto um eco significativo e um solene aval, que se tornou possível pelas premissas eclesiológicas colocadas nas constituições sobre a liturgia e sobre a Igreja (ALBERIGO, 1995, p. 439).

O documento conciliar sobre a missão da Igreja está dividido em seis capítulos, e expressa o desejo dos padres conciliares. Como explica o teólogo Darlei Zanon, logo no seu início, o decreto identifica a natureza da missão e “procura incansavelmente anunciar o Evangelho a todos os homens” (AG, n. 1), e mais:

² “O ponto de partida deste documento foram as 177 propostas enviadas a Roma durante o período preparatório do Concílio. A Comissão competente recebeu o encargo de desenvolver cinco pontos: o dever missionário, as vocações missionárias, a formação e a ação dos missionários, o clero autóctone e o respeito pelas culturas locais, as relações entre dioceses e missões. [...] A votação global teve lugar no dia 30 de novembro: 2162 *placet*; 18 *non placet*, 2 nulos. No dia 7 de dezembro, durante a 9ª sessão pública, depois da última votação: 2399 votantes; 2394 *placet*; 5 *non placet* – o Santo Padre promulgou solenemente o documento” (COMPÊNDIO, 2014, p. 431-432).

Logo no proêmio, a *Ad gentes* apresenta a vocação missionária da Igreja: “A Igreja, enviada a todas as gentes para ser “sacramento universal de salvação”, por íntima exigência da própria catolicidade, obedecendo a um mandato do seu fundador, procura incansavelmente anunciar o Evangelho a todos os homens”. A Igreja, que é sal da terra e luz do mundo, é chamada a salvar e renovar as criaturas, e a instaurar o Reino de Deus (ZANON, 2012, p. 76).

Todos os batizados são responsáveis pela continuidade da ação evangelizadora da Igreja. Animados pelos bispos – Tradição apostólica –, todos são convocados à uma única missão, chamando toda a humanidade a ser um só povo de Deus.

O decreto *Ad Gentes* insere na constituição missionária da Igreja, como princípio doutrinal que fundamenta toda a missão, a Santíssima Trindade: “A Igreja peregrina é, por sua natureza, missionária, visto que tem a sua origem, segundo o desígnio de Deus Pai, na missão do Filho e do Espírito Santo” (AG, n. 2).

É a Trindade que chama os homens e livremente estes aderem e partilham da sua própria missão. “Provavelmente essa clareza de ideias só foi possível porque a *Ad gentes* foi lançada na última fase do Concílio, bebendo da riqueza teológica dos demais documentos, especialmente da *Lumen Gentium*, de onde busca essa base trinitária” (ZANON, 2012, p. 75-76). O Filho de Deus feito homem igual a nós, menos no pecado (Hb 4,15), participa como “mediador entre Deus e os homens” (AG, n. 3) que rico em tudo, igualou-se à nossa humanidade para nos mostrar a salvação.

Para que o anúncio nunca cesse, o Filho antes de voltar ao Pai, envia o Espírito Santo para o interior da primeira comunidade, como diz o documento para, “impelir a Igreja à sua própria dilatação” (AG, n. 4), movendo assim a Igreja à sua verdadeira missão.

A Igreja, enviada por Cristo envia seus apóstolos até os confins da terra (At 1,8), dando-lhes o mandato de anunciar aquilo que ouviram do Mestre, e tornando-os discípulos e batizando-os em nome da Trindade. “A missão da Igreja realiza-se, pois, mediante a operação pela qual, em obediência ao mandamento de Cristo e aos impulsos da graça e da caridade do Espírito Santo, ela se torna atual e plenamente presente a todos os homens e povos para os conduzir à fé, liberdade e paz de Cristo [...]” (AG, n. 5).

O documento sinaliza que a esta missão da Igreja, os bispos são seus primeiros cooperadores, devendo exercer conjuntamente com todos os batizados seu fim último. A atividade missionária da Igreja é também cristológica. Tem como modelo Cristo, que pela morte e ressurreição abre-nos seu projeto salvífico.

Continuando pelo segundo capítulo, a Igreja reconhece que sua missão de anunciar o Cristo, acontece inserida na sociedade e não à parte dela, como diz o documento:

A Igreja, a fim de poder oferecer a todos o mistério de salvação e a vida trazida por Deus, deve inserir-se em todos esses grupamentos impelida pelo mesmo movimento que levou o próprio Cristo, na encarnação, a sujeitar-se às condições sociais e culturais dos homens com quem conviveu (AG, n. 10).

Assim, o cristão inserido nesta sociedade multifacetada, dá testemunho de Cristo conforme seu batismo e como membro pleno da Igreja de Deus. A convivência harmônica, o diálogo e a presença cristã dos batizados, são testemunhos críveis do cristão e por estes serão reconhecidos pelas obras de caridade.

Vemos que a conotação central da ação evangelizadora da Igreja inserida na sociedade, não está mais somente na hierarquia. O decreto *Ad Gentes* diz

textualmente que “a Igreja, por meio de seus filhos estabelece relações com os homens de qualquer condição [...] participa nas suas alegrias e dores, [...] e aqueles que buscam a paz deseja responder com diálogo fraterno [...] e a luz do Evangelho” (AG, n. 12).

É a Igreja que através de seus fiéis participa da obra da salvação através do anúncio da Boa Nova de Jesus. Sendo o testemunho o principal elã da vida de todos os batizados, como assevera o teólogo Darlei Zanon: “a primeira exigência é o testemunho verdadeiro. Não podemos evangelizar se não vivemos o Evangelho com a nossa mente, [...] se não seguimos plenamente o que Jesus nos ensinou” (ZANON, 2012, p. 80).

O decreto continua exortando sobre o modo que os missionários devam proceder na pregação do Evangelho, na formação das comunidades, na formação de um clero nativo, dos catequistas, na promoção da vida religiosa consagrada.

Aos missionários que a conversão do fiel se dá livremente e consciente da fé. A opção pelo batismo é sempre uma abertura do homem e da mulher para Deus. “Se convertam livremente à fé no Senhor, e adiram sinceramente àquele que, sendo o “caminho, verdade e vida” (Jo 14,6), responde a todas as suas esperanças espirituais, superando-as infinitamente” (AG, n. 13).

O Concílio com isso, quer acabar com todo o proselitismo e toda prática dos missionários que ‘convertem almas’ para Deus, mas não suas consciências. “A Igreja proíbe severamente obrigar quem quer que seja a abraçar a fé, ou induzi-lo e atraí-lo com práticas indiscretas” (AG, n. 13).

Sobre a iniciação cristã, o decreto orienta que aqueles que são admitidos ao catecumenato, não sejam introduzidos ao ensino de dogmas e preceitos, mas, que a vida concreta do mestre de Nazaré seja a vida desses. Sobre a vida

das comunidades, o missionário deve ter consciência de que não as forma para si mesmo.

Funda-se comunidades, para que essas sejam 'sementes do verbo', sinal e continuadoras da ação do Evangelho quando os missionários não estiverem mais por perto. Daí a importância que o missionário deve dispensar na formação do fiel leigo e leiga, para que estes sejam fermento nas realidades onde estão inseridos e testemunhem Cristo.

O clero autóctone é outra preocupação do documento. O decreto saúda com alegria, as novas vocações surgidas cada vez mais nas áreas onde os missionários estão inseridos.

O capítulo terceiro, preocupa-se do progresso da comunidade de fé nas áreas de missão. Depois de receber os missionários, de formar comunidades, fomentar novas vocações, promover o laicato e o catecumenato, as Igrejas jovens devem adquirir estabilidade para desenvolverem-se como uma comunidade de fé madura e sob a orientação de um bispo.

Assim, estimula-se que as comunidades jovens façam 'parcerias'³ com outras mais bem estabelecidas pelo globo. Os bispos, primeiros autores da missão chamem e recebam missionários em suas dioceses, mesmo as mais jovens, unidas pela necessidade incessante de anunciar o Evangelho, também são chamadas a enviar missionários pelo mundo.

Mas somente com a presença ativa dos leigos em união com o clero em vista da evangelização, poderá dar testemunho de sua vitalidade.

³ A Igreja do Brasil, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), desde 1972 tem o projeto "Igrejas Irmãs". O objetivo do Projeto Igrejas-irmãs é partilhar a fé, os dons da graça, as experiências pastorais, pessoas e recursos financeiros como gestos de caridade cristã para com as Igrejas da Amazônia e de outras dioceses também necessitadas. Fonte: <https://www.cnbb.org.br/os-desafios-missionarios-do-projeto-igrejas-irmas/>

A Igreja não está fundada verdadeiramente, nem vive plenamente, nem é sinal perfeito de Cristo entre os homens se, com a hierarquia, não existe e trabalha um laicado autêntico [...]. Por isso, é necessário desde a fundação da Igreja prestar grande atenção à formação de um laicado cristão amadurecido (AG, n. 21).

Nos capítulos quarto e quinto tratar-se-á sobre os missionários, sua vocação, formação e espiritualidade e a organização da atividade missionária existente. Apresento a seguir alguns pontos desses dois capítulos: quando diz das vocações missionárias, o decreto *Ad Gentes* reconhece que é o Espírito Santo que “reparte os carismas como quer, e inspira no coração de cada um a vocação missionária” (AG, n. 23).

Enviado pelo Espírito do Senhor, o missionário movido pela fé e obediência vai para aqueles a quem a Igreja o enviar, para na realidade viver conforme Cristo viveu e anunciou o reino de seu Pai. Assim, o missionário quando é chamado a trabalhar para o Reino, experimenta em si uma espiritualidade missionária que é antes de tudo experiência pneumática.

Quando trata da organização das atividades missionárias, o documento conciliar procura estabelecer para toda a Igreja um organismo central competente para isto. Este dicastério romano hoje chama-se ‘Congregação para a Evangelização dos Povos’, antiga *Propaganda Fide*, tendo a missão de colaborar com o Papa na orientação de toda atividade evangelizadora da Igreja.

O documento estabelece também que a nível diocesano e regional, os bispos e as conferências episcopais promovam iniciativas conjuntas para promover a coordenação das atividades missionárias, uma vez que todos somos chamados à missão:

Dado que a Igreja toda ela é missionária, e a obra de evangelização dever fundamental do povo de Deus, este sagrado Concílio exorta todos a uma profunda renovação interior, para que tomem viva consciência das próprias responsabilidades na difusão do Evangelho e assumam a parte que lhes compete na obra missionária junto dos gentios [...]. Saibam todos, porém, que o primeiro e mais irrecusável contributo para a difusão da fé, é viver profundamente a vida cristã (AG, n. 35-36).

Em qualquer estado de vida, o batizado é chamado a contribuir com o Reino do Senhor, através da sua adesão em anunciar e evangelizar: “fomentando em si e nos outros o conhecimento e o amor pelas missões” (AG, n. 41).

Na conclusão do documento pontifício, os padres conciliares em união com o papa, voltam sua atenção “sobretudo aqueles que sofrem perseguição pelo nome de Cristo, e associam-se aos seus sofrimentos” (AG, n. 42), tornando próximos a eles.

Concluindo, o documento *Ad Gentes* do Concílio Ecumênico Vaticano II contribuiu para despertar no interno da Igreja a sua natureza missionária. Antes pensada como tarefa unicamente da hierarquia, o decreto missionário do Concílio agora compartilha com todos os batizados a missão deixada por Jesus.

O *aggiornamento* proposto pelo papa João XXIII, na abertura do Concílio, passa por todo o documento, como forma de lembrar à ‘velha Igreja’ a necessidade de atualizar-se, para conseguir responder com mais plenitude os sofrimentos humanos no mundo, promovendo a esperança do ressuscitado e a atividade missionária da Igreja.

Na trilha iniciada pelo Vaticano II, o decreto *Ad Gentes* aproximou a missão da Igreja e sua ação salvífica, que através da Palavra e do batismo, sabe ‘ir ao encontro dos povos’ inserindo-se na cultura e nela anunciar o Evangelho, partindo de uma metodologia indutiva que da realidade comunica com os homens e as mulheres uma experiência de fé.

O Concílio conseguiu mover a Tradição da Igreja a um outro patamar na relação com os povos. A centralidade da missão está no Deus Uno e Trino, que convida os homens ao seu amor e a participar com ele da sua missão.

A Igreja chamada agora “Povo de Deus” (LG, n. 9-17), participa da continuidade da missão de Cristo e na fidelidade daquelas primeiras comunidades cristãs, à Revelação e à Tradição apostólica, e testemunha aos homens do seu tempo com audácia o Evangelho de Cristo.

3 *Evangelii Gaudium*: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual

A Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* do Santo Padre o Papa Francisco sobre a Boa Nova de Jesus no mundo atual, foi proclamada no dia vinte e quatro de novembro de 2013, apenas oito meses após a sua eleição à cátedra de São Pedro.

Alguns meios de comunicação consideram o documento como o seu ‘programa de governo’ e meta do pontificado. O texto é dividido em cinco capítulos, onde dirige o pensamento à uma nova transmissão da fé, não no conteúdo (que é e sempre será o Evangelho), mas na forma.

O texto assinado por Francisco apresenta o tema que quer permear todo o documento: “A alegria que renova e comunica” (EG, n. 2). O desejo do Papa explicitado de início é de que a Igreja deve comunicar aos homens e mulheres de seu tempo aquilo que foi anunciado por Jesus, levando os homens a um abrir-se aos irmãos como diz o texto: “Quero, com esta exortação, dirigir-me aos fiéis cristãos a fim de os convidar para uma nova etapa evangelizadora marcada por esta alegria e indicar caminhos para o percurso da Igreja nos próximos anos” (EG, n. 2).

O Papa Francisco provoca o interno da Igreja a uma 'saída missionária' como nova forma de pregar o Evangelho a todas as pessoas. O mandato missionário de Jesus (Mt 28,19-20) – o 'ide' – não deve ressoar somente nos apóstolos do tempo de Jesus, mas nos provocar hoje, a também sairmos do comodismo e "ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho" (EG, n. 20).

E continua o Papa: "a alegria do Evangelho, que enche a vida da comunidade dos discípulos, é uma alegria missionária" (EG, n. 21). Ao convocar toda a Igreja para uma 'saída missionária', Francisco destaca que este abrir-se tem seu fundamento no Evangelho que é a fonte do discípulo que sai para anunciar.

É só através da força incontável da Palavra e por ela que o discípulo do Evangelho anuncia. Ao ir ao encontro da pessoa humana, a Igreja deve deixar-se envolver, atrair-se e experimentar da linguagem do amor de Cristo que se doa e abre-se aos irmãos e irmãs.

Esta atitude de "Igreja em saída" (EG, n. 24) deve preocupar-se dos últimos, dos pobres e dos afastados, oferecendo a mesma misericórdia que Cristo oferecia àqueles que iam ao seu encontro. Nesta atitude do Senhor, o fiel envolve-se no mesmo amor do mestre:

Com obras e gestos, a comunidade missionária entra na vida diária dos outros, encurta as distâncias, abaixa-se – se for necessário – até a humilhação e assume a condição humana, tocando na carne sofredora de Cristo no povo. Os evangelizadores contraem assim o "cheiro de ovelha", e estas escutam a sua voz. Em seguida, a comunidade evangelizadora dispõe-se a "acompanhar". Acompanha a humanidade em todos os seus processos, por mais duros e demorados que sejam (EG, n. 24).

No meio dessa exigência diária de acompanhamento deixando-se até contaminar-se pelo 'odor' do Povo de Deus, o missionário celebra a vida e cada

vitória dos homens e da comunidade, através da liturgia da Igreja, espaço sagrado onde o povo evangeliza e é evangelizado.

O documento pontua, no entanto, que é necessário um “estado permanente de evangelização” (EG, n. 25) e uma pastoral de conversão que leve à consciência da natureza da missão da Igreja.

Assim, as paróquias e comunidades devem renovar-se em espaços onde a ação missionária não seja opção, mas ação: “A reforma das estruturas, que a conversão pastoral exige, só se pode entender neste sentido: fazer com que todas elas se tornem mais missionárias” (EG, n. 27).

Esta transformação, passa pela pregação do Evangelho autêntico e da centralidade de sua mensagem: “O Evangelho convida, antes de tudo, a responder a Deus que nos ama e salva, reconhecendo-o nos outros e saindo de nós mesmos para procurar o bem de todos” (EG, n. 39).

Nisto podem ajudar as ciências teológicas, como a exegese e a interpretação da Palavra, contudo, é somente uma compreensão parcial, pois a totalidade da mensagem teológica dar-se-á no mistério de Deus.

No entanto, pergunta o Papa, a quem devemos privilegiar o anúncio do Evangelho nos dias de hoje? Ele responde: “Hoje e sempre os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho”, e a evangelização dirigida gratuitamente a eles é sinal do Reino que Jesus veio trazer” (EG, n. 48), e conclui o teólogo:

A Igreja se mostra agora pobre não só materialmente (LG, n. 8), mas também sob o ponto de vista pastoral e cultural: não põe mais a sua confiança no apoio e na defesa estatal, mas na graça, na força da verdade, na pureza de seu testemunho. Participante dos sofrimentos de todos, a serviço da humanidade, sem soluções pré-fabricadas universalmente válidas, privada de competências específicas para sugerir soluções concretas, pede apenas para servir (MARTINA, 1997, p. 320).

Como dito acima, a 'Igreja em saída' do Papa Francisco é pobre e servidora e não deve preocupar-se em manter estruturas por medo ou falsos hábitos tradicionais. Como ele mesmo sublinha: "Prefiro uma Igreja acidentada, ferida, e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às suas próprias seguranças" (EG, n. 49). Em outras palavras: é preciso ousar e encontrar novos caminhos para a evangelização no mundo atual.

Neste sentido, o Papa irá abordar no documento que a vigilância dos católicos deve voltar-se na atitude de um compromisso eclesial sempre missionário. Para isto é necessário sempre, como diz o Papa, "uma capacidade sempre vigilante de estudar os sinais dos tempos" (EG, n. 51).

Neste tempo de 'viragem da história' a vida do ser humano é ameaçada de diversas formas: economia excludente, cultura do descarte, insensibilidade principalmente aos mais pobres, sociedade do consumo, corrupção, desigualdade social e outros.

Como remédio a esses e outros males, o Papa Francisco chama as nações a promoverem uma ética financeira que "leve a Deus" (EG, n. 57), propondo uma nova ordem mundial, quando diz: "Uma reforma financeira que tivesse em conta a ética exigiria uma vigorosa mudança de atitudes por parte dos dirigentes políticos [...] O dinheiro deve servir, e não governar!" (EG, n. 58).

A Exortação continua na perspectiva de "construir pontes" (EG, n. 67), caminhando sempre a um abrir-se ao outro e principalmente aos que se encontram feridos e distantes da Igreja. É a esse grupo de excluídos que a nova evangelização deve alcançar, anunciando o Evangelho a fim de uma adesão de fé madura do crente.

O anúncio do querigma é feito por aqueles homens e mulheres da Igreja que mesmo diante das dificuldades da vida, propagam com alegria a mensagem do Salvador, como ele mesmo nos diz:

Por tudo isto, permiti que insista: Não deixemos que nos roubem a alegria da evangelização! A alegria do Evangelho é tal que nada nem ninguém no-la poderá tirar (Jo16,22). Os males do nosso mundo – e da Igreja – não deveriam servir como desculpa para reduzir a nossa entrega e o nosso ardor. [...] Além disso, o olhar crente é capaz de reconhecer a luz que o Espírito Santo sempre irradia no meio da escuridão, sem esquecer que “onde abundou o pecado, superabundou a graça” (Rm 5,20) (EG, n. 83-84).

A alegria que o cristão anuncia é a cruz de Cristo “loucura para aqueles que se perdem, mas para aqueles que se salvam, para nós é poder de Deus” (1Cor 1,18). Este anúncio difícil de se compreender de início, torna-se comunicação do Deus-Amor, que no amor do Filho pela humanidade salva a todos.

Assim, de nada ajuda o missionário no mundo atual falar sobre este anúncio com “cara de vinagre” (EG, n. 85), ninguém irá se tornar um enamorado pelo Senhor se o anúncio se dá com cara triste e carrancuda. Francisco sublinha que isto só é possível se a verdadeira fé no Filho seja um convite a uma “revolução da ternura” (EG, n. 88), voltada unicamente ao anúncio do Evangelho.

Todos são discípulos missionários no sentido de estarem inseridos no mundo e nele anunciar a Boa Nova de Jesus. É um anúncio sem medo e fanatismo. A Igreja não faz proselitismo, nem deve fazer demonização de elementos culturais dos povos. Isto não contribuiu com a evangelização.

As novas formas de evangelizar no mundo passam também pelas mais variadas formas de piedade “em que a fé recebida se encarnou numa cultura e continua a transmitir-se” (EG, n. 122), também de pessoa a pessoa, tarefa diária do cristão. Outros meios de transmissão da fé, destaca o Papa, são: o campo da

cultura e da educação, escuta do povo, leituras espirituais, a catequese (querigmática e mistagógica), as liturgias, acompanhamento pessoal e o discernimento particular, entre outros.

Sobre as pregações/homilias dos presbíteros nas celebrações, o Papa orienta a uma exposição da mensagem de Jesus que “requer amor” (EG, n. 146), disciplina e atenção. Não devem contar apenas com o auxílio do Espírito Santo, pois ele se dá não de maneira “meramente passiva, mas ativa e criativa” (EG, n.145). A sua preparação requer do pregador esforço e unidade de conteúdo, não deixando ‘perder o momento’ de transmitir a fé, pois “Evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo” (EG, n. 176).

Avançando pelo capítulo quarto do documento, o Papa versará sobre como a dimensão social da pessoa humana afeta a evangelização no mundo atual. A missão deve “procurar colaborar também com esta ação libertadora do Espírito” (EG, n. 178), porque o anúncio do Reino de Deus (Lc 4,43) é para todos e alcança a todos, e a Igreja é a promotora para que esse Reino venha acontecer.

Uma Igreja em saída e missionária aproxima-se justamente daqueles que mais sofrem, como diz o pontífice:

Por isso mesmo, “também o serviço da caridade é uma dimensão constitutiva da missão da Igreja e expressão irrenunciável da sua própria essência”. Assim como a Igreja é missionária por natureza, também brota inevitavelmente dessa natureza a caridade efetiva para com o próximo, a compaixão que compreende, assiste e promove (EG, n. 179).

Acolher o pobre é acolher o próprio Cristo. Nisto, a evangelização no mundo atual passa pela libertação dos filhos e filhas de Deus e pela promoção de uma vida mais justa e solidária, pois, como diz Francisco, sobre a surdez diante desses acontecimentos: “a falta de solidariedade, nas suas necessidades, influi diretamente sobre a nossa relação com Deus” (EG, n. 187).

A opção preferencial pelos pobres é antes de tudo fidelidade ao Evangelho de Jesus, do Filho de Deus que se fez homem como nós e participou na nossa carne. Neste sentido, os bispos reunidos em Aparecida corroboram que:

Nossa fé proclama que “Jesus Cristo é o rosto humano de Deus e o rosto divino do homem”. Por isso, a “opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com a sua pobreza.” Essa opção nasce de nossa fé em Jesus Cristo, o Deus feito homem, que se fez nosso irmão (Hb 2,11-12). Opção, no entanto, não exclusiva, nem excludente (DA, n. 392).

Partindo desta premissa, a opção evangélica pelos pobres no anúncio da Palavra de Deus torna-se dever de toda a Igreja fazê-la, pois a nossa própria salvação passa pelo outro: “Todo o caminho da nossa redenção está assinalado pelos pobres” (EG, n. 197).

Assim, também sermos evangelizados pelos pobres, pois “para a Igreja, a opção pelos pobres é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica, política ou filosófica. Deus manifesta a sua misericórdia antes de mais a eles” (EG, n. 198).

Nisto, o cristão dá sua contribuição na denúncia e no esforço de mover todas as ‘estruturas sociais que matam’ como: uma economia desigual, a corrupção, o desprezo aos imigrantes, aborto e eutanásia, devastação do meio-ambiente, a supressão de direitos das minorias, a falta de diálogo religioso, o preconceito, a fome, pois “nós, os seres humanos, não somos meramente beneficiários, mas guardiões das outras criaturas” (EG, n. 215).

No último capítulo da Exortação, o Papa convida os missionários e missionárias para que “se abram sem medo à ação do Espírito Santo” (EG, n. 259), pois o Espírito de Deus é a força – moção interior – necessária para a nova evangelização. A oração interior do discípulo missionário deve arder o coração e impulsioná-lo à sua atividade.

No entanto, pondera Francisco, que a oração não deve ser individualista e intimista, mas que tenha seu centro na atividade e no contato com a comunidade de fé, pois “uma evangelização com espírito é uma evangelização com o Espírito Santo, já que Ele é a alma da Igreja evangelizadora” (EG, n. 261).

É um diurnamente entregar-se à sua vontade, daquele que dá sentido às nossas vidas, porque sabe que “o verdadeiro missionário, que não deixa jamais de ser discípulo, sabe que Jesus caminha com ele, fala com ele, respira com ele, trabalha com ele” (EG, n. 266).

Cada vez que nos encontramos com um ser humano no amor, ficamos capazes de descobrir algo de novo sobre Deus. E cada vez que os nossos olhos se abrem para reconhecer o outro, ilumina-se mais a nossa fé para reconhecer a Deus. Em consequência disto, se queremos crescer na vida espiritual, não podemos renunciar a ser missionários (EG, n. 272).

Abrir o coração aos outros é abri-lo também a Deus. Ele age em nós e nos vivifica para a missão. Ser missionário e missionária no mundo atual é um misturar-se com as realidades vividas por todas as pessoas principalmente pelos mais pobres, “porque é a obra de Deus” (EG, n. 274). É no Evangelho e na experiência do encontro com a pessoa de Jesus Cristo, que nos tornamos evangelizadores anunciadores de Jesus. “Cristo ressuscitado e glorioso é a fonte profunda da nossa esperança, e não nos faltará a sua ajuda para cumprir a missão que nos confia” (EG, n. 275).

Conclusão

Na prática, comentar alguns documentos do magistério pontifício que versam sobre a natureza missionária da Igreja não foi tarefa fácil. Os três documentos estudados foram um esforço do magistério em responder aos *sinais dos tempos*, às realidades da sociedade e da Igreja. Vê-se a vontade de levar adiante a missão do próprio profeta de Nazaré que enquanto esteve neste mundo, não deixou de anunciar o Reino de seu Pai.

A compreensão de Igreja mudou ao longo do tempo. Cada um como filho do seu tempo, absorve um período histórico e deve ser lido a partir de sua realidade social e eclesial.

Conserva-se, porém, a interpretação evangélica dita por Jesus: “Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei. E eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos” (Mt 28, 19-20).

Nesta proclamação perene do Cristo que *envia* e *permanece* com os seus, a Igreja sustentou a missão evangelizadora ao longo de toda a sua história. Hoje, a missionariedade da Igreja ‘Povo de Deus’ dá-se de várias formas e meios.

Congregações e institutos de vida consagrada, novas comunidades, grupos, pastorais, movimentos eclesiais, leigos e leigas, e tantas outras expressões do Espírito, continuam a anunciar o Reino de Deus.

Referências

ALBERIGO, Giuseppe. **História dos Concílios Ecumênicos**. São Paulo: Paulus, 1995.

BENTO XV, Papa. **Maximum Illud**: sobre a atividade desenvolvida pelos missionários no mundo. Brasília: Edições CNBB, 2018.

BÍBLIA. Português. **A Bíblia de Jerusalém**. 5 ed. São Paulo: Paulus, 2002.

BRIGHENTI, Agenor; ARROYO, Francisco Merlos (orgs.). **O Concílio Vaticano II: batalha perdida ou esperança renovada?** São Paulo: Paulinas, 2015.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE - CELAM. **Documento de Aparecida**: texto conclusivo da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. 2. ed. Brasília: CNBB, 2007.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1962-1965. *Ad Gentes*. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**: Constituições, decretos, declarações. 7. ed. São Paulo: Paulus, 2014. p. 430-489.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II, 1962-1965. *Lumen Gentium*. In: COSTA, Lourenço (Org.). **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**: Constituições, decretos, declarações. 7. ed. São Paulo: Paulus, 2014. p. 101-197.

FRANCISCO, Papa. **Evangelii Gaudium**: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Bernardo do Campo: Intergraf Indústria Gráfica Ltda, 2014.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja**: de Lutero a nossos dias. São Paulo: Loyola, 1997.

NICOLAU, Miguel. **Problemas do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulinas, 1964.

ZANON, Darlei. **Para ler o Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2012.